



CÓD: OP-060AG-24
7908403561285

JUSSARA-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA - GOIÁS

Professor P-I

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2024

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados	7
2. Interpretação textual de gêneros textuais variados.	8
3. Modos de enunciação presentes no texto	8
4. Gramática normativa	8
5. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto	9
6. Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade).	13
7. Progressão temática	13
8. Tipos de argumento	15
9. Classificação gramatical	23
10. Análise morfossintática	30
11. Fenômenos gramaticais e construção de significados na língua portuguesa	33
12. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	33
13. Concordância verbal e nominal	35
14. Colocação pronominal	38

Matemática

1. Conjuntos numéricos. Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos. Números racionais e reais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto	55
2. Noções de Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos simples, permutações simples e combinações simples.....	61
3. Noções de Estatística	65
4. Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos	66
5. Medidas de centralidade e medidas de dispersão.....	69
6. Noções de Probabilidade: experimento aleatório, espaços amostrais finitos e equiprováveis e eventos aleatórios.....	71
7. Regra de três simples e composta	74
8. Noções de Matemática Financeira: razão, proporção, porcentagem, juros simples, juros compostos e descontos simples	75
9. Números complexos: conceito, operações e representação geométrica	82
10. Progressão aritmética e progressão geométrica: razão, termo geral e soma dos termos	90
11. Conceito, representação gráfica e aplicações das funções: afim, quadrática, exponencial, logarítmica e modulares	94
12. Sistemas de equações: conceito, resolução, discussão e representação geométrica.....	131
13. Geometria plana: polígonos regulares, perímetro e áreas. Geometria espacial: poliedros regulares, perímetro, áreas e volumes	134

Atualidades e História, Geografia e Conhecimentos Gerais do Brasil de Goiás e de Jussara

1. Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIXe XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana	147
2. Modernização da agricultura e urbanização do território goiano	151
3. População goiana: povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica	157
4. Economia goiana: industrialização e infraestrutura de transportes e comunicação	163
5. Aspectos da história política de Goiás: a independência em Goiás, o coronelismo na República Velha, as oligarquias, a Revolução de 1930 e a administração política de 1930 até os dias atuais	178
6. Aspectos da história social de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e a cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular.....	182
7. Atualidades econômicas, políticas, sociais e culturais do Estado de Goiás e do município de Cristalina	183
8. Aspectos histórico-geográficos de Jussara	188

Noções de Informática

1. Família de sistemas operacionais Microsoft Windows para microcomputadores pessoais: interface gráfica do usuário e seus elementos, além da utilização da ajuda e suporte e dos atalhos de teclado.....	191
2. Gerenciamento de arquivos e pastas, incluindo os tipos de arquivos e suas extensões e a pesquisa e localização de conteúdo.....	206
3. Configurações e Painel de Controle, abrangendo a Solução de Problemas.....	208
4. Instalação, desinstalação ou alteração de programas e ativação ou desativação de recursos, incluindo a configuração de aplicativos	226
5. Compactação e extração de conteúdo a partir de arquivos zip	226
6. Procedimentos de backup e gerenciamento de impressão	226
7. Aplicativos pertencentes ao Windows (Bloco de Notas, Paint, WordPad e Mapa de Caracteres).....	227
8. Aplicativos para escritórios por meio de software livre e de software proprietário.....	229
9. Processador de textos (criação, edição e formatação de textos e recursos voltados à automação de documentos). Planilha eletrônica (tipos de dados e referências, criação de planilhas e gráficos, inserindo fórmulas aritméticas e fórmulas baseadas em funções de planilha, configuração de página e impressão, formatação de células e formatação condicional, validação de dados e aplicação de filtros e obtenção de dados de fontes externas. Gerador de apresentação (criação de slides, formatação e inserção de imagens e objetos e efeitos de transição e animações, apresentação de slides e exportação para o formato PDF).....	233
10. Navegadores de Internet, serviços de busca na Web e uso do correio eletrônico	239
11. Serviços de correio eletrônico	245

Conhecimentos sobre Educação

1. Teorias educacionais e teorias pedagógicas	253
2. A relação sociedade, educação e pensamento pedagógico brasileiro.....	257
3. Teorias pedagógicas e políticas educacionais	258
4. Currículo: relação currículo, cultura e políticas curriculares.....	259
5. Teorias de currículo e práticas pedagógicas.....	262
6. Diretrizes Curriculares Nacionais	263

7. Base Nacional Comum Curricular	271
8. Didática e prática de ensino: planejamento educacional, materiais curriculares e recursos didáticos	313
9. Função social do ensino e suas relações com o aprender e o ensinar.....	317
10. Gestão Democrática e organização de sala de aula	318
11. Políticas educacionais: relação Estado, sociedade e políticas educacionais	324
12. As políticas educacionais e a construção da escola pública brasileira	325
13. A organização e a estrutura da educação e sistemas de ensino no Brasil: políticas de acesso, inclusão e diversidade	327
14. Formação inicial e continuada dos profissionais da educação	327
15. Financiamento da educação	328
16. tecnologias de informação e comunicação e as práticas educativas	329
17. Uso das tecnologias, ensino e aprendizagem.	329
18. Educação mediada por tecnologias	329
19. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (N. 9.394/1996)	346
20. Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/15	364
21. Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/14	381
22. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	381
23. Constituição Federal de 1988 (art. 205 a 214).....	381

Conhecimentos Específicos

Professor P-I

1. Sociedade, Cultura e Educação	389
2. Aprendizagem e Desenvolvimento	390
3. Tendências Pedagógicas em Educação.....	392
4. Abordagens do processo de Ensino e Aprendizagem	394
5. Concepções de currículo e organização do currículo escolar da educação básica	395
6. Planejamento, Planos e Projetos educativos	396
7. Projeto Político Pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação).....	397
8. Formação docente	404
9. Diversidade Cultural e Inclusão.....	405
10. Avaliação institucional	406
11. Avaliação do processo de Ensino e Aprendizagem	409
12. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	410
13. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 anos	410
14. Estatuto da Criança e do Adolescente ECA	417
15. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica	417
16. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	417
17. Plano Nacional da Educação (Lei nº 13.005/2014)	455
18. Plano Estadual de Educação de Goiás (Lei estadual nº 18.969/2015)	455
19. QUESTÕES	456
20. Lei Brasileira de Inclusão.....	456
21. Sexualidade, Gênero e Educação para Prevenção de Violências e Garantias de Direitos.....	456

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

INTERPRETAÇÃO TEXTUAL DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS.

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

MODOS DE ENUNCIÇÃO PRESENTES NO TEXTO.

Os modos de enunciação presentes no texto referem-se às distintas atitudes comunicativas que são manifestadas por meio dos modos verbais. Em outras palavras, o modo verbal é uma conjugação que indica no verbo o propósito comunicativo de quem emite a fala, podendo, assim, construir enunciados com significados diversos.

1) Modo Indicativo: para indicar certeza.

Exemplo: Meu avô pratica esportes regularmente.

Observe que a forma verbal está flexionada no presente do indicativo, tendo como função dessa conjugação de modo a certeza da mensagem expressa por quem emite o enunciado.

2) Modo Imperativo: para indicar ordem, conselho ou pedido.

Exemplo: Pratique esporte regularmente.

Note que a intenção do falante é explícita nesse enunciado. Ele se expressa em tom de ordem ou de conselho. Ao optar pelo emprego da forma verbal no modo imperativo, o falante evidencia que a sua intenção comunicativa é ordenar, aconselhar ou mesmo pedir.

3) Modo Subjuntivo: para indicar uma suposição, uma incerteza.

Exemplo: O ideal é que meu avô pratique esportes regularmente.

Observe que houve uma mudança na atitude comunicativa do falante: ele agora não está certo daquilo que enuncia – por isso, a escolha do modo verbal subjuntivo. Pode-se afirmar que, nesse enunciado, o verbo flexionado no presente do subjuntivo tem a função de indicar que o conteúdo expresso é algo do qual não se tem certeza.

GRAMÁTICA NORMATIVA

A gramática normativa é o tipo mais comum abordado nas escolas e que, portanto, é empregada nos exames de vestibular e concursos públicos. Ela é denominada dessa forma, pois descreve a norma culta da língua portuguesa. Isto é, ela determina o padrão de regras para os falantes da língua, fazendo distinção entre certo e errado na língua escrita ou falada. Essa Gramática estabelece as regras ortográficas, regras de acentuação e regras de divisão de sílabas. Suas divisões fundamentais são a Morfologia, a Fonética e a Sintaxe.

- **Morfologia:** é o estudo das palavras e aborda conceitos como formação das palavras, estrutura das palavras, verbo, substantivo, adjetivo, pronome, advérbio, artigo, numeral, conjunção, preposição, interjeição e conectivo.

- **Fonética:** é o estudo dos fonemas (sons emitidos na fala): divisão silábica, encontro consonantal, ditongo, tritongo, hiato, dígrafo, acentuação, oxítona, paroxítona, proparoxítona, ortografia.

- **Sintaxe:** é o estudo da relação entre as palavras e as orações e também das suas funções. Frase, oração, período, sujeito, predicado, objeto direto/indireto, complemento nominal, adjunto adnominal, adjunto adverbial, vocativo, apostrofo, concordância, regência, agente da passiva e pontuação.

Os temas mais frequentemente abordados da Gramática normativa são: acentuação e pronúncia; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; flexões de pessoa, gênero e número.

Além da escola

Se levarmos em consideração os diversos contextos em que uma comunicação se realiza, especialmente por meio da fala, notaremos que as regras da gramática normativa não são plenamente cabíveis. Além do mais, a escolaridade, fundamental para o contato com essa gramática, não é acessível para algumas pessoas. Existe, ainda, a característica da língua de ser dinâmica, ou seja, de estar em constante transformação, o que leva ao constante surgimento de novas possibilidades e maneiras de uso da língua.

As variantes linguísticas

As variantes linguísticas são as decorrências dos diversos contextos de uso da língua. Elas surgem de situações e momentos históricos, sociais e culturais, provocando alterações na língua, isto

é, produzindo afastamento da norma padrão. Em razão disso, a Gramática Normativa não contempla essas variantes. No entanto, elas podem ocorrer na forma coloquial e ter seus elementos futuramente dicionarizados, passando, assim, a compor a norma gramatical. Em outras palavras, tornam-se integrantes da Gramática Normativa, sendo consideradas como corretas.

MECANISMOS DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS NOS TEXTOS: POLISSEMIA, IRONIA, COMPARAÇÃO, AMBIGUIDADE, CITAÇÃO, INFERÊNCIA, PRESSUPOSTO

FIGURAS DE LINGUAGEM¹

Também chamadas de Figuras de Estilo. É possível classificá-las em quatro tipos:

- Figuras de Palavras (ou semânticas);
- Figuras Sonoras;
- Figuras de Construção (ou de sintaxe);
- Figuras de Pensamento.

— Figuras de Palavras

²São as que dependem do uso de determinada palavra com sentido novo ou com sentido incomum. Vejamos:

Metáfora

É um tipo de comparação (mental) sem uso de conectivos comparativos, com utilização de verbo de ligação explícito na frase. Consiste em usar uma palavra referente a algo no lugar da característica propriamente dita, depreendendo uma relação de semelhança que pode ser compreendida por conta da flexibilidade da linguagem.

Ex.: “Sua boca **era** um pássaro escarlate.” (*Castro Alves*)

Catacrese

Consiste em transferir a uma palavra o sentido próprio de outra, fazendo uso de formas já incorporadas aos usos da língua. Se a metáfora surpreende pela originalidade da associação de ideias, o mesmo não ocorre com a catacrese, que já não chama a atenção por ser tão repetidamente usada. Toma-se emprestado um termo já existente e o “emprestamos” para outra coisa.

Ex.: Batata da perna; Pé da mesa; Cabeça de alho; Asa da xícara.

Comparação ou Símile

É a comparação entre dois elementos comuns, semelhantes, de forma mais explícita. Como assim? Normalmente se emprega uma conjunção comparativa: *como, tal qual, assim como, que nem*.

Ex.: “Como um anjo caído, fiz questão de esquecer...” (*Legião Urbana*)

Sinestesia

É a fusão de no mínimo dois dos cinco sentidos físicos, sendo bastante utilizada na arte, principalmente em músicas e poesias.

Ex.: “De **amargo** e então **salgado** ficou **doce**, - *Paladar*
Assim que teu **cheiro** forte e lento - *Olfato*
Fez casa nos **meus braços** e ainda leve - *Tato*
E forte e **cego** e tenso fez saber - *Visão*
Que ainda era muito e muito pouco.” (*Legião Urbana*)

Antonómias

Quando substituímos um nome próprio pela qualidade ou característica que o distingue. Pode ser utilizada para eliminar repetições e tornar o texto mais rico, devendo apresentar termos que sejam conhecidos pelo público, para não prejudicar a compreensão.

Ex.: O Águia de Haia (= Rui Barbosa)
O Pai da Aviação (= Santos Dumont)

Epíteto

Significa “posto ao lado”, “acrescentado”. É um termo que designa “apelido” ou “algunha”, isto é, expressões ou palavras que são acrescentados a um nome. Epíteto vem do Grego *EPÍTHETON*, “algo adicionado, apelido”, de *EPI-*, “sobre”, e *TITHENAI*, “colocar”.

Aparece logo após o nome da pessoa, de personagens literários, da história de militares, de reis e de muitos outros.

Ex.: Nelson Rodrigues: o “Anjo Pornográfico”, por sua obra de cunho bastante sexual.

Augusto Dos Anjos: o “Poeta da Morte”, já que seu principal tema era a morte.

Metonímia

Troca-se uma palavra por outra com a qual ela se relaciona. Ocorre quando um único nome é citado para representar um todo referente a ele.

A metonímia ocorre quando substituímos:

– **O autor ou criador pela obra.** **Ex.:** Gosto de ler *Jorge Amado* (observe que o nome do autor está sendo usado no lugar de suas obras).

– **O efeito pela causa e vice-versa.** **Ex.:** Ganho a vida com o *suor* do meu rosto. (o *suor* é o efeito ou resultado e está sendo usado no lugar da causa, ou seja, o “trabalho”).

– **O continente pelo conteúdo.** **Ex.:** Ela comeu uma *caixa* de doces. (= doces).

– **O abstrato pelo concreto e vice-versa.** **Ex.:** A *velhice* deve ser respeitada. (= pessoas velhas).

– **O instrumento pela pessoa que o utiliza.** **Ex.:** Ele é bom no *volante*. (= piloto ou motorista).

– **O lugar pelo produto.** **Ex.:** Gosto muito de tomar um *Porto*. (= o vinho da cidade do Porto).

– **O símbolo ou sinal pela coisa significada.** **Ex.:** Os revolucionários queriam o *trono*. (= império, o poder).

– **A parte pelo todo.** **Ex.:** Não há *teto* para os necessitados. (= a casa).

– **O indivíduo pela classe ou espécie.** Exemplo: Ele foi o *judas* do grupo. (= espécie dos homens traidores).

– **O singular pelo plural.** **Ex.:** O *homem* é um animal racional. (o singular homem está sendo usado no lugar do plural homens).

– **O gênero ou a qualidade pela espécie.** **Ex.:** Nós *mortais*, somos imperfeitos. (= seres humanos).

– **A matéria pelo objeto.** **Ex.:** Ele não tem um *níquel*. (= moeda).

Observação: os últimos 5 casos recebem também o nome de **Sinédoque**.

Sinédoque

Significa a troca que ocorre por relação de compreensão e que consiste no uso do todo, pela parte do plural pelo singular, do gênero pela espécie, ou vice-versa.

Ex.: O mundo é violento. (= os homens)

1 SCHICAIR. Nelson M. *Gramática do Português Instrumental*. 2ª. ed Niterói: Impetus, 2007.

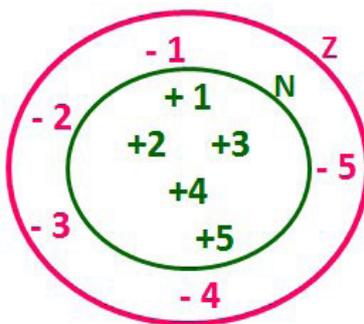
2 <https://bit.ly/37nLTfx>

MATEMÁTICA

CONJUNTOS NUMÉRICOS. NÚMEROS NATURAIS E NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES, RELAÇÃO DE ORDEM, DIVISIBILIDADE, MÁXIMO DIVISOR COMUM, MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E DECOMPOSIÇÃO EM FATORES PRIMOS. NÚMEROS RACIONAIS E REAIS: OPERAÇÕES, RELAÇÃO DE ORDEM, PROPRIEDADES E VALOR ABSOLUTO

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$ ($N \subset Z$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

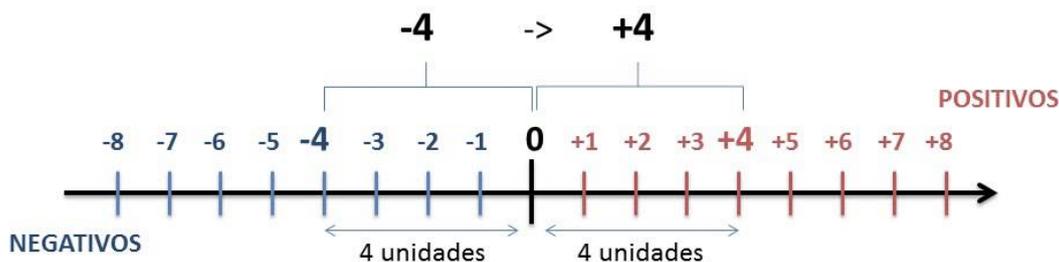
Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: *O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.*

- **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: *todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.*

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

$50 - 20 = 30$ atitudes negativas

$20 \cdot 4 = 80$

$30 \cdot (-1) = -30$

$80 - 30 = 50$

Resposta: A

- **Multiplificação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b , pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

- **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

1) No conjunto Z , a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.

2) Não existe divisão por zero.

3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo.
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo.

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm
 Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:
 $52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm
 $36 : 3 = 12$ livros de 3 cm
 O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a *base* e o número n é o *expoente*. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, a é multiplicado por a n vezes. Tenha em mente que:

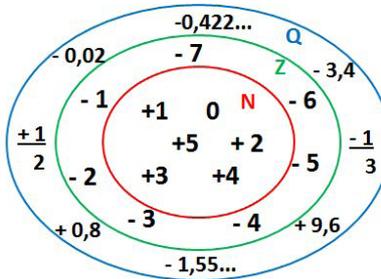
- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa e expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa e expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

- 1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$
- 2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$
- 3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$
- 4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$
- 5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n .



ATUALIDADES E HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CONHECIMENTOS GERAIS DO BRASIL DE GOIÁS E DE JUSSARA

FORMAÇÃO ECONÔMICA DE GOIÁS: A MINERAÇÃO NO SÉCULO XVIII, A AGROPECUÁRIA NOS SÉCULOS XIXE XX, A ESTRADA DE FERRO E A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA GOIANA

A Ocupação Mineratória – Mineração

Enquanto o século XVII representou etapa de investigação das possibilidades econômicas das regiões goianas, durante a qual o seu território tornou-se conhecido, o século XVIII, em função da expansão da marcha do ouro, foi ele devassado em todos os sentidos, estabelecendo -se a sua efetiva ocupação através da mineração. A primeira região ocupada em Goiás foi a região do Rio Vermelho. Entre 1727 e 1732 surgiram diversos arraiais, além de Santana (posteriormente Vila Boa de Goiás), em consequência das explorações auríferas ou da localização na rota de Minas para Goiás. Em 1736 já havia nas minas de Goiás 10.236 escravos. Nas proximidades de Santana surgiram os arraiais de Anta e Ouro Fino; mais para o Norte, Santa Rita, Guarinos e Água Quente. Na porção Sudeste, Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Santa Cruz. Outras povoações surgidas na primeira metade do século XVIII foram: Jaraguá, Corumbá e o Arraial dos Couros (atual Formosa), na rota de ligações de Santana e Pirenópolis a Minas Gerais.

Ao longo dos caminhos que demandavam a Bahia, mais ao Norte, na bacia do Tocantins, localizaram-se diversos núcleos populacionais, como São José do Tocantins (Niquelândia), Traíras, Cachoeira, Flores, São Félix, Arraias (TO), Natividade (TO), Chapada (TO) e Muquém. Na década de 1740 a porção mais povoada de Goiás era o Sul, mas a expansão rumo ao norte prosseguia com a implantação dos arraiais do Carmo (TO), Conceição (TO), São Domingos, São José do Duro (TO), Amaro Leite, Cavalcante, Vila de Palma (T O), hoje Paranã, e Pilar de Goiás e Porto Real (TO), atual Porto Nacional, a povoação mais setentrional de Goiás.

O sistema de datas

Era através do sistema de datas que se organizava a exploração do ouro, conforme o ordenamento jurídico da época. Assim que um veio de ouro era descoberto em uma região mineradora, imediatamente, o Superintendente das Minas ordenava que a região fosse medida e dividida em lotes para poder ter início o processo de mineração. Cada lote tinha a medida de 30 x 30 braças (uma braça tem 2,20m), ou seja, aproximadamente 66 x 66m. Estes lotes recebiam a denominação de datas e, cada data, por sua vez, era equivalente a uma lavra de mineração.

As datas se distribuíam da seguinte forma:

- O minerador responsável pelo achado escolhia a primeira data para si. Um funcionário da Real Fazenda (o ministério responsável pela mineração na época) escolhia a segunda data para o rei. O responsável pelo achado tinha o direito de escolher mais uma.

- O rei não tinha interesse em explorar diretamente a sua data e ordenava que ela fosse leiloada entre os mineradores interessados em explorá-la. Quem pagasse mais ficaria com ela. O dinhei-

ro do leilão era enviado a Portugal, como renda pessoal do rei. As demais datas eram distribuídas por sorteio aos mineradores que possuísem um mínimo de doze escravos para poder explorá-las. Cada minerador tinha direito a uma data por vez. Repare que a atividade mineradora era extremamente intensiva em utilização de mão-de-obra. Doze homens trabalhavam junto em um espaço de apenas uma lavra.

O início da mobilidade social

Diferentemente da economia canavieira (cana-de-açúcar) que tinha uma sociedade estamental (no estado em que você nasceu permanece), a sociedade mineradora não era estática. Havia a possibilidade, mesmo que pequena, de mudança de classe social. Foi o início da mobilidade social no Brasil.

Existiam dois tipos de mineradores, o grande, era o minerador de lavra, e o pequeno, o de fisco. O minerador de lavra era aquele, dono de pelo menos 12 escravos, que participava do sorteio das datas e tinha o direito de explorar os veios de ouro em primeiro lugar. Quando uma lavra começava a demonstrar esgotamento e a produtividade caía geralmente ela era abandonada e, a partir deste momento, o fisco poderia ficar com o que sobrou dela.

O fisco era o minerador com pequena quantidade de escravos, insuficientes para participar dos sorteios, ou mesmo o trabalhador individual, que só tinha a sua bateia para tentar a sorte nas lavras abandonadas. Alguns conseguiram ir juntando ouro suficiente para adquirir mais escravos e, posteriormente, passaram a ser grandes mineradores. Alguns até fizeram fortuna.

Existem registro de alguns proprietários de escravos que os deixavam fisco nos seus poucos momentos de descanso e alguns até conseguiram comprar a sua carta de alforria, documento que garantia a liberdade ao escravo. Tropeiros que abasteciam as regiões mineradoras também conseguiram enriquecer. Tome cuidado, porém, com uma coisa. A mobilidade social era pequena, não foi suficiente para desenvolver uma classe média.

Classe social pressupõe uma grande quantidade de pessoas, e o número daquelas que conseguiam ascender não era suficiente para isso. Só se pode falar em classe média no Brasil, a partir da industrialização.

Povoamento irregular

O povoamento determinado pela mineração do ouro é um povoamento muito irregular e mais instável; sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem. Onde aparece ouro, ali surge uma povoação; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação define e desaparece, isso porque o ouro encontrado em Goiás era o ouro de aluvião, em pequenas partículas, que ficavam depositadas no leito de rios e córregos ou no sopé das montanhas, geralmente. Sua extração era rápida e logo as jazidas se esgotavam forçando os mineiros a se mudarem em busca

de novas áreas para mineração. A produção de ouro em Goiás foi maior que a de Mato Grosso, porém muito menor que em Minas Gerais. O declínio da produção foi rápido.

O pico de foi em 1753, mas 50 anos depois a produção já era insignificante. Luís Palacín afirma que esses são os dados oficiais disponíveis, porém, o volume de ouro extraído deve ter sido muito maior. De acordo com esse historiador, a maior parte do ouro retirada era sonegada para fugir dos pesados impostos e, portanto, não sabemos ao certo quanto ouro foi retirado de fato das terras goianas.

Declínio da Mineração

A partir da segunda metade do século XVIII, Portugal começou a entrar em fase de decadência progressiva, que coincidiu com o decréscimo da produtividade e do volume médio da produção das minas do Brasil. Então desde 1778, a produção bruta das minas de Goiás começou a declinar progressivamente, em consequência da escassez dos metais das minas conhecidas, da ausência de novas descobertas e do decréscimo progressivo do rendimento por escravo. O último grande achado mineratório em Goiás deu-se na cidade de Anicuns, em 1809, no sul da capitania.

A atividade agropecuária nas regiões mineradoras

Assim que foram descobertas grandes jazidas de ouro no Brasil logo se organizou uma hierarquia da produção: os territórios de minas deveriam dedicar-se exclusivamente – ou quase exclusivamente – à produção de ouro, sem desviar esforços na produção de outros bens, que poderiam ser importados. Isso era resquício da mentalidade Mercantilista, em voga na época, que, durante muito tempo, identificou a riqueza com a posse dos metais preciosos. Os alimentos e todas as outras coisas necessárias para a vida vinham das capitanias da costa. As minas eram assim, uma espécie de colônia dentro da colônia, no dizer do historiador Luís Palacín. Isso nos explica o pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária em Goiás, durante os cinquenta primeiros anos. Tal sistema não se devia exclusivamente aos desejos e à política dos dirigentes; era também decorrente da mentalidade do povo.

O Final da Mineração e Tentativa de navegação no Araguaia e Tocantins

A partir de 1775, com a mineração em franco declínio, o Primeiro Ministro de Portugal, Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, toma diversas medidas para diversificar a economia no Brasil, sendo que várias delas vão afetar diretamente a capitania de Goiás. A primeira, como tentativa de estimular a produção, foi isentar de impostos por um período de 10 anos os lavradores que fundassem estabelecimentos agrícolas às margens dos rios. Dentre os produtos beneficiados estavam o algodão, a cana-de-açúcar e o gado. A segunda medida foi a criação, em 1775 da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, para explorar a navegação e o comércio nos rios amazônicos, incluindo os rios Araguaia e Tocantins. O Marquês de Pombal também ordenou a criação dos chamados aldeamentos indígenas. Todas essas medidas fracassaram.

Novas tentativas de reativação da Economia

Na primeira metade dos séculos XIX, era desolador o estado da capitania de Goiás. Com a decadência a população não só diminuiu como se dispersou pelos sertões, os arraiais desapareciam ou se arruinavam e a agropecuária estava circunscrita à produção de subsistência. Como medidas salvadoras, o príncipe regente D. João VI,

assim que chegou ao Brasil, em 1808, passou a incentivar a agricultura, a pecuária, o comércio e a navegação dos rios. Várias medidas foram anunciadas, mas a maioria nunca saiu do papel:

1) Foi concedida a isenção de impostos pelo período de 10 anos aos lavradores que, nas margens dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão fundassem estabelecimentos agrícolas.

2) Ênfase à catequese do índio para aculturá-lo e aproveitá-lo como mão-de-obra na agricultura.

3) Criação de presídios às margens dos rios, com os seguintes objetivos: proteger o comércio, auxiliar a navegação e aproveitar o trabalho dos nativos para o cultivo da terra. Presídios eram colônias militares de povoamento, defesa e especialização agrícola. Em Goiás, os mais importantes foram Santa Maria (atual Araguaçema-TO), Jurupense, Leopoldina (atual Aruanã-GO), São José dos Martírios. Na verdade, deram poucos resultados, por causa do isolamento e da inaptidão dos soldados no cultivo da terra. A maioria desses presídios desapareceu com o tempo.

4) D. João VI, atendendo a uma antiga demanda de vários capitães-generais (governadores) de Goiás que reclamavam do tamanho gigantesco da área geográfica de Goiás, dividiu o território goiano em duas comarcas: a do sul, compreendendo os julgados de Goiás (cabeça ou sede), de Meia Ponte, de Santa Cruz, de Santa Luzia, de Pilar, de Crixás e de Desemboque; a do norte ou Comarca de São João das Duas Barras, compreendendo os julgados de Vila de São João da Palma (cabeça ou sede), de Conceição, de Natividade, de Porto Imperial, de São Félix, de Cavalcante e de Traíras. Foi nessa época que surgiram através da navegação: Araguaçema, Tocantinópolis, Pedro Afonso, Araguaatins e Tocantínia e pela expansão da criação de gado, Lizarda.

A divisão de Goiás em duas comarcas

Esta foi a semente que deu origem ao atual estado do Tocantins, pois ficou determinado que a divisa das duas comarcas fosse mais ou menos à altura do paralelo 13º., atual fronteira entre os dois estados. Outro fato importante foi a nomeação de Joaquim Teotônio Segurado como Ouvidor da Comarca do Norte, que acabou liderando o primeiro movimento separatista. O avanço da Pecuária Com a decadência da mineração a pecuária tornou-se uma opção natural, por vários motivos:

1) O isolamento provocado pela falta de estradas e da precária navegação impediam o desenvolvimento de uma agricultura comercial.

2) O gado não necessita de estradas, auto locomove-se por trilhas e campos até o local de comercialização e/ou abate.

3) Existência de pastagem natural abundante. Especialmente nos chamados cerrados de campo limpo.

4) O investimento era pequeno e o rebanho se multiplicava naturalmente.

5) Não necessita de uso de mão-de-obra intensiva, como na mineração. Aliás, dispensa mão-de-obra escrava.

6) Não era preciso pagar salário aos vaqueiros, que eram homens livres e que trabalhavam por produtividade. Recebiam um percentual dos bezerras que nasciam nas fazendas (regime de sorte). Um novo tipo de povoamento se estabeleceu a partir do final do século XVIII, sobretudo no Sul da capitania, onde campos de pastagens naturais se transformaram em centros de criação. A necessidade de tomar dos silvícolas (índios) áreas sob seu domínio, que estrangulavam a marcha do povoamento rumo às porções setentrionais (norte), propiciou também a expansão da ocupação neste período.

A ocupação de Goiás, quando no Sul e no Norte de Goiás, no início do século XIX, a mineração era de pequena monta, fazendo surgir um novo surto econômico e de povoamento representado pela pecuária, estabelecida através de duas grandes vias de penetração: a do Nordeste, representada por criadores e rebanhos nordestinos, que pelo São Francisco se espalharam pelo Oeste da Bahia, penetrando nas zonas adjacentes de Goiás. O Arraial dos Couros (Formosa) foi o grande centro dessa via. A de São Paulo e Minas Gerais, que através dos antigos caminhos da mineração, penetrou no território goiano, estabilizando-se no Sudoeste da capitania. Assim, extensas áreas do território goiano foram ocupadas em função da pecuária, dela derivando a expansão do povoamento e o surgimento de cidades como Itaberaí, inicialmente uma fazenda de criação, e Anápolis, local de passagem de muitos fazendeiros de gado que iam em demanda à região das minas e que, impressionados com seus campos, aí se instalaram.

A pecuária

Está se desenvolve melhor no Sul devido ao povoamento oriundo da pecuária, entretanto, apresentou numerosos problemas. Não foi, por exemplo, um povoamento uniforme: caracterizou-se pela má distribuição e pela heterogeneidade do seu crescimento. Prosperou mais no Sul, que ficava mais perto do mercado consumidor do Sudeste e do litoral. Enquanto algumas áreas permaneceram estacionárias – principalmente no Norte, outras decaíram (os antigos centros mineradores), e outras ainda, localizadas principalmente na região Centro-Sul, surgiram e se desenvolveram, em decorrência sobretudo do surto migratório de paulistas, mineiros e nordestinos. Durante o século XIX a população de Goiás aumentou continuamente, não só pelo crescimento vegetativo, como pelas migrações dos Estados vizinhos.

Os índios diminuíram quantitativamente e a contribuição estrangeira foi inexistente. A pecuária tornou-se o setor mais importante da economia. O incremento da pecuária trouxe como consequência o crescimento da população. Correntes migratórias chegavam em Goiás oriundas do Pará, do Maranhão, da Bahia e de Minas, povoando os inóspitos sertões. Povoações surgidas no período: no Sul de Goiás: arraial do Bonfim (Silvânia), à margem do rio Vermelho, fundado por mineradores que haviam abandonado as minas de Santa Luzia, em fase de esgotamento. Campo Alegre, originada de um pouso de tropeiros; primitivamente, chamou-se Arraial do Calaça. Ipameri, fundada por criadores e lavradores procedentes de Minas Gerais. Santo Antônio do Morro do Chapéu (Monte Alegre de Goiás), na zona Centro-Oriental, na rota do sertão baiano. Posse, surgida no início do século XIX, em consequência da fixação de criadores de gado de origem nordestina.

O movimento separatista do norte de Goiás (1821-1823)

Em 1821, houve a primeira tentativa oficial de criação do que hoje é o estado do Tocantins. O movimento iniciou-se na cidade de Cavalcante. O mais proeminente líder do movimento separatista foi o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, que já manifestara preocupação com o desenvolvimento do norte goiano antes mesmo de se instalar na região. Teotônio Segurado, entre 1804 e 1809, fora ouvidor de toda a Capitania de Goiás e, quando em 1809, o território goiano foi dividido em duas comarcas, por D. João VI, ele tornou-se ouvidor da comarca do norte. Teotônio declarou a Comarca do Norte (o que corresponde ao atual estado do Tocantins) independente da comarca do sul (atual estado de Goiás). É importante destacar que Teotônio Segurado não era propriamente um defensor da

causa da independência brasileira, diferenciando-se, portanto, do “grupo de radicais”, liderados pelo Padre Luíz Bartolomeu Marques, originário de Vila Boa. O ouvidor defendia a manutenção do vínculo com as Cortes de Lisboa, sendo inclusive, eleito representante goiano para aquela assembleia, cuja função seria elaborar uma Constituição comum para todos os territórios ligados à Coroa Portuguesa.

Estrada de ferro dinamiza povoamento de Goiás

A construção da Estrada de Ferro foi o primeiro dinamismo na urbanização de Goiás. Em 1896 a Estrada de Ferro Mogiana chegou até Araguari (MG). Em 1909, os trilhos da Paulista atingiram Barretos (SP). Em 1913 Goiás foi ligado à Minas Gerais pela E.F. Goiás e pela Rede Mineira de Viação. Inaugurava -se uma nova etapa na ocupação do Estado.

O expressivo papel das ferrovias na intensificação do povoamento goiano ligou-se a duas ordens principais de fato res: de um lado, facilitou o acesso dos produtos goianos aos mercados do litoral; de outro, possibilitou a ocupação de vastas áreas da região meridional de Goiás, correspondendo à efetiva ocupação agrícola de parte do território goiano.

Entre 1888 e 1930, o adensamento e a expansão do povoamento nas porções meridionais de Goiás (Sudeste, Sul e Sudoeste) evidenciaram-se através da formação de diversos povoados, como: Santana das Antas (Anápolis), Rio Verde das Abóboras (Rio Verde), São Sebastião do Alemão (Palmeiras), Nazário, Catingueiro Grande (Itauçu), Inhumas, Cerrado (Nerópolis), Ribeirão (Guapó), Santo Antônio das Grimpas (Hidrolândia), Pindaibinha (Leopoldo de Bulhões), Vianópolis, Gameleira (Cristianópolis), Urutaí, Goiandira, Ouvidor, Cumari, Nova Aurora, Boa Vista de Marzagão (Marzagão), Cachoeira Alta, São Sebastião das Bananeiras (Goiatuba), Serrania (Mairipotaba), Água Fria (Caçu), Cachoeira da Fumaça (Cachoeira de Goiás), Santa Rita de Goiás, Bom Jardim (Bom Jardim de Goiás) e Baliza.

Dez novos municípios surgiram então: Planaltina, Orizona, Bela Vista, Corumbaíba, Itumbiara, Mineiros, Anicuns, Trindade, Cristalina, Pires do Rio, Caldas Novas e Buriti Alegre.

Economia

Chegada da Ferrovia Goiás

1913 – Goiandira, Ipameri e Catalão
 1924 – Vianópolis 1930 – Silvânia
 1931 – Leopoldo de Bulhões
 1935 – Anápolis - Aumento da atividade agrícola (arroz, milho e feijão) - Charqueadas (Catalão, Ipameri e Pires do Rio)

Movimentos de Contestação ao coronelismo

1919 – Revolta em São José do Duro (Cel. Abílio Wolney)
 1925 – Benedita Cypriana Gomes (Santa Dica)
 1924-27 - Coluna Prestes (Tenentismo)

Imigração Árabes: sírios e libaneses (dispersaram pelo estado de Goiás – Goiânia, Anápolis, Catalão, dentre outras cidades)
 Alemães (Colônia de Uvá – Cidade de Goiás)
 Italianos (Nova Veneza)

As Colônias Agrícolas

A par do estímulo à fundação de Goiânia, centro dinamizador da região, o Governo Federal prosseguiu a sua política de interiorização através da fundação de várias colônias agrícolas espalhadas pelas áreas mais frágeis do País. Em Goiás, esta política foi concreti-

CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO

TEORIAS EDUCACIONAIS E TEORIAS PEDAGÓGICAS

— Introdução

O estudo das teorias educacionais é essencial para a compreensão dos diversos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem em ambientes educacionais. Essas teorias fornecem diferentes perspectivas sobre como as pessoas aprendem e sobre como o ensino pode ser planejado e executado de forma mais eficaz. As teorias educacionais não apenas informam a prática pedagógica, mas também influenciam políticas educacionais e a formação de professores. Este texto tem como objetivo explorar algumas das principais teorias educacionais, examinando suas características fundamentais, suas contribuições para a prática educativa e suas aplicações no contexto escolar.

A educação, como campo de estudo, é rica e diversa, com uma vasta gama de abordagens teóricas que ajudam a explicar como o aprendizado ocorre e como pode ser facilitado. Entre essas teorias, destacam-se o behaviorismo, o construtivismo, a teoria sociointeracionista e a abordagem humanista. Cada uma dessas teorias oferece uma visão única sobre o processo educativo e apresenta diferentes métodos e estratégias que podem ser aplicados na sala de aula.

O behaviorismo, por exemplo, foca no comportamento observável e nas respostas a estímulos do ambiente, enfatizando a importância do reforço e da punição no processo de aprendizagem. Já o construtivismo propõe que o conhecimento é construído ativamente pelo aprendiz, com base em suas experiências e interações com o ambiente. A teoria sociointeracionista destaca o papel fundamental da interação social e da cultura no desenvolvimento cognitivo, enquanto a abordagem humanista enfatiza a importância do crescimento pessoal e da autorrealização.

Ao longo deste estudo, serão examinadas essas teorias em detalhes, discutindo-se seus fundamentos, principais teóricos e implicações para a prática educacional. Além disso, serão apresentadas aplicações práticas de cada teoria, oferecendo exemplos de como elas podem ser utilizadas para melhorar o ensino e a aprendizagem em diferentes contextos educativos.

A análise das teorias educacionais não apenas enriquece o conhecimento dos educadores, mas também lhes proporciona ferramentas e estratégias para enfrentar os desafios diários da prática pedagógica. Compreender as diferentes abordagens teóricas permite que os professores adaptem suas metodologias de ensino às necessidades específicas de seus alunos, promovendo uma educação mais eficaz e inclusiva. Em suma, o estudo das teorias educacionais é um passo fundamental para qualquer profissional da educação que deseja melhorar sua prática e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

— Behaviorismo

O behaviorismo é uma teoria psicológica que se concentra no estudo do comportamento observável dos indivíduos e suas respostas a estímulos do ambiente. Surgida no início do século XX, essa abordagem rejeita a introspecção e os processos mentais internos

como objetos de estudo, priorizando a análise das interações visíveis e mensuráveis entre os organismos e seu ambiente. Entre os principais teóricos do behaviorismo destacam-se John B. Watson, que é considerado o fundador da abordagem, e B.F. Skinner, que desenvolveu a teoria do condicionamento operante. Este capítulo abordará os principais conceitos do behaviorismo, seus métodos e aplicações práticas na educação.

John B. Watson e o Condicionamento Clássico

John B. Watson propôs que a psicologia deveria ser uma ciência objetiva e experimental, concentrando-se no comportamento observável. Inspirado pelo trabalho de Ivan Pavlov, Watson adaptou os princípios do condicionamento clássico para o estudo do comportamento humano.

O condicionamento clássico envolve a associação de um estímulo neutro com um estímulo incondicionado que naturalmente provoca uma resposta. Com o tempo, o estímulo neutro passa a provocar a mesma resposta, agora chamada de resposta condicionada.

- **Experimentos de Pavlov:** Pavlov demonstrou o condicionamento clássico em seus experimentos com cães, nos quais o som de uma campainha (estímulo neutro) era associado à apresentação de comida (estímulo incondicionado), levando os cães a salivarem (resposta incondicionada). Após repetidas associações, os cães começavam a salivar ao ouvir a campainha, mesmo na ausência de comida, indicando a resposta condicionada.

- **Aplicações de Watson:** Watson aplicou esses princípios ao comportamento humano, como no famoso experimento com o pequeno Albert, onde uma criança foi condicionada a temer um rato branco ao associá-lo repetidamente com um som alto e assustador. Este experimento demonstrou que emoções e respostas emocionais poderiam ser condicionadas em humanos.

B.F. Skinner e o Condicionamento Operante

B.F. Skinner expandiu os conceitos de Watson ao desenvolver a teoria do condicionamento operante, que descreve como o comportamento é influenciado pelas consequências que se seguem a ele. Skinner introduziu os conceitos de reforço e punição como mecanismos para aumentar ou diminuir a probabilidade de um comportamento ser repetido.

- **Reforço Positivo e Negativo:** O reforço positivo envolve a apresentação de um estímulo agradável após um comportamento, aumentando a probabilidade de sua repetição. Por exemplo, elogiar um aluno por concluir uma tarefa pode encorajá-lo a repetir o comportamento no futuro. O reforço negativo, por outro lado, envolve a remoção de um estímulo desagradável para aumentar a frequência de um comportamento. Por exemplo, permitir que um aluno pare de realizar uma tarefa aversiva após responder corretamente a uma pergunta.

- **Punição Positiva e Negativa:** A punição positiva envolve a apresentação de um estímulo desagradável após um comportamento, visando diminuir sua ocorrência. Por exemplo, repreender um aluno por se comportar de maneira inadequada. A punição negativa envolve a remoção de um estímulo agradável após um comportamento indesejado, como retirar privilégios ou tempo de recreio.

Aplicações do Behaviorismo na Educação

O behaviorismo tem várias aplicações práticas na educação, especialmente no gerenciamento de sala de aula e no desenvolvimento de programas de modificação de comportamento. Algumas das técnicas mais comuns incluem:

- **Reforço de Comportamentos Desejáveis:** Utilizar recompensas e elogios para incentivar comportamentos positivos, como participação ativa, respeito às regras da sala de aula e conclusão de tarefas. Sistemas de pontos ou estrelas podem ser implementados para motivar os alunos.

- **Modelagem e Shaping:** A modelagem envolve demonstrar um comportamento desejado para que os alunos possam imitá-lo. O shaping é uma técnica que reforça gradualmente aproximações sucessivas de um comportamento desejado, ajudando os alunos a desenvolver habilidades complexas passo a passo.

- **Contratos de Comportamento:** Estabelecer contratos de comportamento com os alunos, onde são definidos comportamentos esperados e as recompensas ou consequências associadas. Isso pode ajudar a criar um ambiente de sala de aula mais estruturado e previsível.

- **Gestão de Sala de Aula:** Utilizar técnicas de gestão de sala de aula baseadas no behaviorismo, como reforço positivo para manter a ordem e disciplina, e punições consistentes para comportamentos disruptivos. A clareza nas expectativas e nas consequências ajuda os alunos a entenderem o que é esperado deles.

Críticas e Limitações do Behaviorismo

Apesar de suas contribuições significativas, o behaviorismo também enfrenta críticas e limitações. Uma das principais críticas é a sua ênfase no comportamento observável, desconsiderando os processos mentais internos, como pensamentos, emoções e motivações. Além disso, alguns críticos argumentam que o uso excessivo de reforço e punição pode levar a uma dependência externa, onde os alunos agem de determinada maneira apenas para obter recompensas ou evitar punições, em vez de desenvolverem uma compreensão intrínseca do comportamento adequado.

O behaviorismo, com seus conceitos de condicionamento clássico e operante, oferece uma perspectiva valiosa para a compreensão e modificação do comportamento humano. Suas aplicações na educação são diversas e eficazes, especialmente no gerenciamento de sala de aula e no incentivo a comportamentos positivos. No entanto, é importante reconhecer suas limitações e integrá-lo com outras abordagens teóricas para proporcionar uma educação mais holística e centrada no aluno.

— Construtivismo

O construtivismo é uma teoria da aprendizagem que enfatiza a construção ativa do conhecimento pelo aprendiz. Em vez de serem vistos como receptores passivos de informações, os alunos são considerados participantes ativos no processo de aprendizagem, que constroem conhecimento através de suas próprias experiên-

cias e interações com o mundo. As raízes do construtivismo podem ser encontradas nos trabalhos de Jean Piaget e Lev Vygotsky, cujas teorias sobre desenvolvimento cognitivo e social continuam a influenciar profundamente a educação contemporânea. Este capítulo abordará os principais conceitos do construtivismo, destacando as contribuições de Piaget e Vygotsky, bem como suas implicações práticas para o ensino.

Jean Piaget e a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo

Jean Piaget, um psicólogo suíço, é um dos principais teóricos do construtivismo. Ele propôs que as crianças passam por uma série de estágios de desenvolvimento cognitivo, cada um caracterizado por diferentes capacidades de pensamento e compreensão. Piaget acreditava que o aprendizado ocorre quando as crianças interagem com o ambiente e constroem seu próprio entendimento através de processos de assimilação e acomodação.

Estágios de Desenvolvimento: Piaget identificou quatro estágios principais de desenvolvimento cognitivo:

- **Sensório-motor (0-2 anos):** Neste estágio, as crianças exploram o mundo através de seus sentidos e ações motoras. Elas desenvolvem a noção de permanência do objeto, ou seja, a compreensão de que os objetos continuam a existir mesmo quando não estão visíveis.

- **Pré-operacional (2-7 anos):** As crianças começam a usar símbolos, como palavras e imagens, para representar objetos e eventos. No entanto, seu pensamento ainda é egocêntrico e elas têm dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros.

- **Operacional Concreto (7-11 anos):** As crianças desenvolvem a capacidade de pensar logicamente sobre eventos concretos. Elas podem realizar operações mentais, como classificação e seriação, e entender conceitos de conservação.

- **Operacional Formal (a partir dos 12 anos):** Neste estágio, os adolescentes desenvolvem a capacidade de pensar abstratamente e de raciocinar sobre hipóteses. Eles podem usar o pensamento dedutivo e considerar múltiplas perspectivas.

- **Processos de Aprendizagem:** Piaget introduziu os conceitos de assimilação e acomodação para descrever como as crianças aprendem. **Assimilação** é o processo de incorporar novas informações em esquemas existentes, enquanto **acomodação** é a modificação de esquemas existentes para incorporar novas informações.

Lev Vygotsky e a Teoria Sociointeracionista

Lev Vygotsky, um psicólogo russo, ofereceu uma perspectiva complementar ao construtivismo ao enfatizar a importância da interação social e da cultura no desenvolvimento cognitivo. Vygotsky argumentou que o aprendizado é um processo social e que o desenvolvimento cognitivo ocorre através da internalização de ferramentas culturais mediadas por interações sociais.

- **Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP):** Um dos conceitos mais importantes de Vygotsky é a Zona de Desenvolvimento Proximal, que representa a diferença entre o que uma criança pode fazer sozinha e o que pode fazer com ajuda. Segundo Vygotsky, a instrução eficaz ocorre dentro dessa zona, onde o suporte adequado pode levar ao desenvolvimento máximo.

• **Mediação e Ferramentas Culturais:** Vygotsky enfatizou que o aprendizado é mediado por ferramentas culturais, como a linguagem, os símbolos e os sistemas de signos. Os adultos e pares mais experientes desempenham o papel de mediadores, ajudando os aprendizes a internalizar essas ferramentas.

Aplicações Práticas do Construtivismo na Educação

A abordagem construtivista tem várias implicações práticas para o ensino, encorajando métodos que promovem a exploração, a descoberta e a construção ativa do conhecimento pelos alunos. Algumas das estratégias construtivistas incluem:

• **Aprendizado Baseado em Problemas:** Esta abordagem envolve a apresentação de problemas complexos e autênticos que os alunos devem resolver. Ela promove o pensamento crítico e a aplicação de conhecimentos em contextos reais.

• **Projetos de Pesquisa:** Incentivar os alunos a conduzir pesquisas sobre temas de seu interesse permite que eles explorem profundamente os assuntos e construam conhecimento com base em suas descobertas.

• **Atividades Colaborativas:** Trabalhos em grupo e discussões em sala de aula permitem que os alunos aprendam uns com os outros e desenvolvam habilidades sociais e de comunicação. A colaboração também facilita a construção conjunta de conhecimento.

• **Ensino Exploratório:** Professores que adotam uma abordagem exploratória incentivam os alunos a fazer perguntas, investigar e experimentar. Isso pode envolver a realização de experimentos científicos, a exploração de materiais manipulativos em matemática ou a análise de textos literários de diferentes perspectivas.

Desafios e Críticas ao Construtivismo

Embora o construtivismo ofereça uma visão rica e dinâmica do aprendizado, ele também enfrenta alguns desafios e críticas. Um dos principais desafios é a implementação prática das estratégias construtivistas em salas de aula tradicionais, que muitas vezes são estruturadas de maneira a priorizar a instrução direta e a memorização de fatos. Além disso, alguns críticos argumentam que o construtivismo pode ser difícil de aplicar de forma consistente e eficaz, especialmente em contextos com grandes turmas ou recursos limitados.

O construtivismo, com suas raízes nos trabalhos de Piaget e Vygotsky, oferece uma abordagem poderosa e centrada no aluno para a educação. Ao reconhecer os alunos como participantes ativos no processo de aprendizagem e ao enfatizar a importância das experiências e interações sociais, o construtivismo proporciona uma base sólida para práticas pedagógicas inovadoras e eficazes.

Ao aplicar os princípios construtivistas, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem que promovem o pensamento crítico, a colaboração e a descoberta, ajudando os alunos a desenvolverem uma compreensão profunda e duradoura do mundo ao seu redor.

— Teoria Sociointeracionista

A teoria sociointeracionista, fortemente influenciada pelo trabalho do psicólogo russo Lev Vygotsky, coloca a interação social e a cultura no centro do desenvolvimento cognitivo. Diferentemente das abordagens que focam nos processos internos do indivíduo de forma isolada, Vygotsky propôs que o aprendizado e o desenvol-

vimento são processos intrinsecamente sociais. Este capítulo examinará os principais conceitos da teoria sociointeracionista, suas contribuições e implicações práticas para a educação.

Fundamentos da Teoria Sociointeracionista

Lev Vygotsky desenvolveu sua teoria em um contexto cultural e histórico específico, enfatizando que o desenvolvimento cognitivo das crianças é influenciado por suas interações com adultos e colegas mais experientes. Ele acreditava que a aprendizagem ocorre primeiro em nível social (interpsicológico) e depois em nível individual (intrapicológico).

• **Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP):** Um dos conceitos centrais da teoria de Vygotsky é a Zona de Desenvolvimento Proximal. A ZDP é definida como a distância entre o nível de desenvolvimento atual de uma criança, determinado pelo que ela pode fazer sozinha, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pelo que ela pode fazer com orientação e assistência. Vygotsky argumentava que a aprendizagem mais eficaz ocorre dentro dessa zona, onde o ensino é ajustado ao nível de desenvolvimento do aluno, desafiando-o de forma adequada e promovendo o crescimento cognitivo.

• **Mediação e Ferramentas Culturais:** Vygotsky introduziu a ideia de que a aprendizagem é mediada por ferramentas culturais, incluindo a linguagem, os símbolos e outros sistemas de signos. Os adultos e colegas mais experientes atuam como mediadores, ajudando as crianças a internalizar essas ferramentas culturais e a usá-las para pensar e resolver problemas.

• **Interação Social:** Para Vygotsky, a interação social é fundamental para o desenvolvimento cognitivo. Ele acreditava que através do diálogo e da colaboração, as crianças podem desenvolver habilidades e conhecimentos que não conseguiriam alcançar sozinhas. A interação social oferece oportunidades para a co-construção do conhecimento, onde os indivíduos constroem entendimentos compartilhados através de discussões e atividades conjuntas.

Implicações Práticas da Teoria Sociointeracionista na Educação

A teoria sociointeracionista tem profundas implicações para a prática educacional, sugerindo métodos de ensino que enfatizam a colaboração, a interação e o uso de ferramentas culturais. Algumas das aplicações práticas incluem:

• **Aprendizagem Colaborativa:** A teoria de Vygotsky apoia a utilização de atividades colaborativas na sala de aula, onde os alunos trabalham juntos para resolver problemas e completar tarefas. Grupos de trabalho e projetos em equipe permitem que os alunos aprendam uns com os outros, beneficiando-se das diferentes habilidades e conhecimentos de seus colegas.

• **Ensino Dialogado:** Professores que adotam uma abordagem sociointeracionista frequentemente utilizam o ensino dialogado, onde a aprendizagem ocorre através do diálogo entre professor e aluno. Questionamentos, discussões e feedback são utilizados para guiar os alunos através da ZDP, promovendo uma compreensão mais profunda e o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico.

• **Andaimagem:** A técnica de andaimagem, inspirada na ZDP, envolve o fornecimento de suporte temporário aos alunos enquanto eles aprendem novas habilidades. Esse suporte pode incluir dicas, instruções, perguntas orientadoras ou demonstrações. À medida que os alunos se tornam mais competentes, o suporte é gradualmente retirado, permitindo que eles assumam maior responsabilidade por seu próprio aprendizado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor P-I

SOCIEDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO

Introdução: Definindo Sociedade, Cultura e Educação

Os conceitos de sociedade, cultura e educação são interdependentes e fundamentais para a compreensão das dinâmicas que regem a vida humana em comunidade.

A sociedade pode ser entendida como o conjunto de pessoas que compartilham um espaço geográfico e estabelecem relações organizadas por normas, valores e instituições.

Cultura, por sua vez, refere-se ao conjunto de conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo ser humano como membro da sociedade, conforme a clássica definição de Edward Tylor.

Já a educação é o processo pelo qual indivíduos são socializados e adquirem as competências e valores necessários para participar da vida social.

Esses três elementos estão intrinsecamente ligados: a sociedade cria e mantém a cultura, que por sua vez é transmitida e transformada por meio da educação. A educação, então, não é apenas uma ferramenta para a transmissão de conhecimento técnico ou acadêmico, mas também um meio pelo qual os valores e normas culturais são perpetuados ou questionados. Entender essa relação é crucial para qualquer análise sobre o papel da educação na sociedade moderna, especialmente em contextos de grande diversidade cultural e social.

A Educação como Instrumento de Transmissão Cultural

A educação desempenha um papel central na transmissão cultural, atuando como o principal veículo através do qual os valores, crenças e práticas de uma sociedade são passados de uma geração para outra. Tanto a educação formal, representada por escolas e universidades, quanto a informal, que ocorre através das interações familiares e comunitárias, são fundamentais nesse processo.

No ambiente escolar, por exemplo, o currículo explicitamente ensina certos conteúdos que refletem o que a sociedade considera importante. Além disso, a escola também transmite normas e valores culturais de maneira implícita, através do chamado currículo oculto – as normas de comportamento, as hierarquias de poder, as expectativas de gênero, entre outros aspectos. Esse processo de socialização através da educação ajuda a moldar a identidade cultural dos indivíduos, preparando-os para participarem ativamente da vida social.

Por outro lado, a educação também pode ser uma força de transformação cultural. Ao introduzir novas ideias e perspectivas, a educação tem o potencial de desafiar e reformular valores e práticas culturais estabelecidas. Isso é especialmente evidente em contextos de globalização, onde a interação entre diferentes culturas dentro do ambiente educacional pode levar à criação de novas formas culturais híbridas.

Educação e Diversidade Cultural

A diversidade cultural nas salas de aula apresenta tanto desafios quanto oportunidades para o sistema educacional. Em sociedades multiculturais, é fundamental que a educação reconheça e valorize as diferentes culturas presentes, promovendo a inclusão e o respeito pela diversidade. Isso requer a implementação de currículos que sejam sensíveis às diferentes perspectivas culturais, bem como a capacitação de professores para lidar com a heterogeneidade cultural de forma construtiva.

A inclusão da diversidade cultural na educação pode ser vista através de diferentes estratégias, como a introdução de histórias e conteúdos de diversas culturas nos materiais didáticos, o uso de metodologias de ensino que consideram as diferentes formas de aprendizagem culturalmente influenciadas, e a promoção de um ambiente escolar que respeite e celebre a diversidade. No entanto, isso também exige superar desafios, como preconceitos arraigados, estereótipos e a resistência a mudanças por parte de algumas partes da comunidade escolar.

A educação multicultural não apenas beneficia os estudantes de minorias culturais, mas também enriquece a experiência educacional de todos os estudantes, preparando-os para viver e trabalhar em sociedades cada vez mais diversificadas e interconectadas globalmente.

A Influência da Cultura na Formação dos Sistemas Educacionais

Os sistemas educacionais não existem em um vácuo; eles são profundamente influenciados pelos valores, crenças e práticas culturais das sociedades nas quais estão inseridos. Cada sociedade, ao definir o que é importante ensinar às suas futuras gerações, faz escolhas baseadas em sua herança cultural, histórica e social.

Por exemplo, em sociedades onde o coletivo é valorizado sobre o individual, como em muitos países asiáticos, o sistema educacional tende a enfatizar a disciplina, a obediência e o respeito à autoridade. Já em sociedades mais individualistas, como em grande parte do Ocidente, a educação pode ser mais focada em estimular a criatividade, a autonomia e o pensamento crítico. Essas diferenças culturais afetam não apenas o currículo formal, mas também as práticas pedagógicas, a organização das escolas e as expectativas em relação ao desempenho dos alunos.

Além disso, a cultura também influencia as metodologias de ensino. Em alguns contextos, há uma preferência por métodos mais tradicionais, como palestras e memorização, enquanto em outros, metodologias mais interativas e baseadas em projetos são promovidas. O conteúdo curricular também reflete a cultura dominante; por exemplo, a história nacional pode ser ensinada de maneiras que reforcem um certo patriotismo ou orgulho cultural, ou, alternativamente, de forma a criticar e refletir sobre o passado.

Essa relação entre cultura e educação pode ser observada em diferentes aspectos:

- Currículo: A seleção de disciplinas, autores, e perspectivas que são ensinadas nas escolas refletem os valores e prioridades culturais de uma sociedade.

- Ritmos escolares: Datas comemorativas e feriados escolares são escolhidos com base nas tradições e na cultura local.

- Expectativas sociais: A maneira como o sucesso educacional é medido – se por notas, testes padronizados ou habilidades práticas – também é culturalmente moldada.

Sociedade, Educação e Transformação Social

A educação é frequentemente vista como um motor de transformação social. Ao longo da história, movimentos sociais têm utilizado a educação como uma ferramenta para promover mudanças e construir uma sociedade mais justa e equitativa. Isso se dá, principalmente, pela capacidade da educação de conscientizar os indivíduos sobre suas realidades, direitos e deveres, além de prepará-los para a participação ativa na vida política e social.

Movimentos como o da educação popular, liderado por figuras como Paulo Freire, destacam a importância da educação como prática de liberdade, onde o conhecimento é construído de maneira crítica e dialógica, capacitando os indivíduos a questionarem a ordem estabelecida e a trabalharem coletivamente por mudanças sociais. Essa perspectiva vê a educação não apenas como um processo de transmissão de conhecimentos, mas como um ato político, onde o objetivo é a emancipação dos indivíduos e a transformação da sociedade.

Além disso, a educação desempenha um papel central na promoção da igualdade de oportunidades e na redução das desigualdades sociais. Programas educacionais voltados para populações historicamente marginalizadas, como políticas de cotas raciais e sociais em universidades, são exemplos de como a educação pode ser usada para corrigir desigualdades estruturais e promover a inclusão social.

Entretanto, a educação também pode ser um campo de reprodução de desigualdades, especialmente quando o acesso a uma educação de qualidade é limitado por fatores socioeconômicos, geográficos ou culturais. Assim, a luta por uma educação equitativa e inclusiva continua sendo um desafio central para as sociedades contemporâneas.

Conclusão: A Interdependência entre Sociedade, Cultura e Educação

A análise da interdependência entre sociedade, cultura e educação revela a complexidade das relações que moldam a vida social. A sociedade cria a cultura e, ao mesmo tempo, é formada por ela. A educação, por sua vez, atua como um elo essencial nesse processo, ao transmitir, transformar e questionar os valores e normas culturais que regem as interações sociais.

A educação é, portanto, um reflexo da sociedade e da cultura em que está inserida, mas também uma força potencial para a transformação social. Ela pode tanto perpetuar quanto desafiar as estruturas de poder e os sistemas de valores existentes, dependendo de como é implementada e dos objetivos que busca alcançar.

Ao entender a educação como um processo cultural e social, os educadores e formuladores de políticas públicas podem trabalhar para desenvolver sistemas educacionais que sejam mais inclusivos, que valorizem a diversidade cultural e que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A educação,

quando orientada por princípios de justiça social e respeito à diversidade, tem o potencial de ser uma força poderosa na criação de um futuro mais igualitário e democrático.

Essa interdependência contínua exige uma reflexão crítica e constante sobre o papel da educação em nossas vidas e em nossa sociedade. Ela nos convoca a olhar além do simples ato de ensinar e aprender, e a considerar como o que ensinamos e aprendemos molda e é moldado pelas forças culturais e sociais ao nosso redor. Desta forma, podemos utilizar a educação não apenas como um meio de desenvolvimento pessoal, mas como um caminho para a construção coletiva de um mundo melhor.

APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Introdução: Conceitos de Aprendizagem e Desenvolvimento

Aprendizagem e desenvolvimento são dois conceitos centrais no campo da educação e da psicologia, sendo frequentemente utilizados para descrever processos que, embora distintos, estão profundamente interconectados. Aprendizagem refere-se ao processo de aquisição de novos conhecimentos, habilidades, atitudes ou valores, geralmente através de experiências, estudos ou instruções. É um processo contínuo que pode ocorrer em diversos contextos, formais e informais.

Desenvolvimento, por outro lado, é um conceito mais amplo que se refere às mudanças e progressos que ocorrem ao longo da vida, tanto em termos físicos quanto cognitivos, emocionais e sociais. O desenvolvimento envolve uma série de etapas ou fases, que são influenciadas por fatores biológicos, ambientais e culturais.

A inter-relação entre aprendizagem e desenvolvimento é complexa e multifacetada. Por um lado, o desenvolvimento cria as condições e capacidades necessárias para que a aprendizagem ocorra. Por outro lado, a aprendizagem contribui para o desenvolvimento, permitindo que os indivíduos adquiram e aperfeiçoem as habilidades e conhecimentos necessários para progredir em diferentes áreas da vida. Compreender essa inter-relação é crucial para desenvolver práticas educativas eficazes que promovam o crescimento e o sucesso dos alunos.

Principais Teorias do Desenvolvimento Humano

Diversas teorias têm sido propostas para explicar o desenvolvimento humano, cada uma oferecendo uma perspectiva única sobre como as pessoas crescem e mudam ao longo do tempo. Entre as teorias mais influentes estão as de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Erik Erikson.

- Jean Piaget propôs uma teoria do desenvolvimento cognitivo que sugere que as crianças passam por uma série de estágios de desenvolvimento, cada um caracterizado por diferentes formas de pensar e compreender o mundo. Ele identificou quatro estágios principais: sensorio-motor, pré-operacional, operacional concreto e operacional formal. A teoria de Piaget destaca a importância do desenvolvimento cognitivo como um processo ativo, onde as crianças constroem seu conhecimento através da interação com o ambiente.

- Lev Vygotsky, por sua vez, enfatizou o papel da cultura e das interações sociais no desenvolvimento cognitivo. Sua teoria da zona de desenvolvimento proximal (ZDP) sugere que as crianças aprendem mais efetivamente quando são apoiadas por adultos ou cole-

gas mais experientes, que as ajudam a realizar tarefas que seriam difíceis de fazer sozinhas. Vygotsky destacou que o desenvolvimento é profundamente influenciado pelo contexto social e cultural, tornando a aprendizagem um processo colaborativo.

- Erik Erikson propôs uma teoria psicossocial do desenvolvimento que se concentra nos desafios e crises que os indivíduos enfrentam em diferentes estágios da vida. Erikson identificou oito estágios de desenvolvimento, cada um associado a uma crise específica que deve ser resolvida para que o indivíduo progrida de forma saudável. Esta teoria oferece uma visão abrangente de como o desenvolvimento é moldado por fatores psicossociais e como esses fatores influenciam a aprendizagem e a formação da identidade.

Essas teorias fornecem uma base para entender como o desenvolvimento ocorre e como ele afeta a capacidade de aprendizagem dos indivíduos em diferentes estágios da vida.

3. Teorias da Aprendizagem e suas Implicações Educacionais

Assim como o desenvolvimento, a aprendizagem também é explicada por várias teorias, cada uma delas oferecendo insights importantes sobre como os indivíduos adquirem conhecimento e habilidades.

- **Behaviorismo:** Esta teoria, associada a nomes como B.F. Skinner e John Watson, vê a aprendizagem como uma mudança de comportamento resultante de respostas a estímulos do ambiente. O behaviorismo enfatiza o papel do reforço e da repetição na aprendizagem, e tem influenciado práticas educacionais como o uso de recompensas e punições para moldar o comportamento dos alunos.

- **Cognitivismo:** Em contraste com o behaviorismo, o cognitivismo foca nos processos mentais que estão por trás da aprendizagem, como a percepção, a memória e a resolução de problemas. Jean Piaget e Jerome Bruner são figuras chave nesse campo, destacando a importância de como os indivíduos processam e organizam informações.

- **Construtivismo:** Influenciado pelas ideias de Piaget e Vygotsky, o construtivismo sugere que a aprendizagem é um processo ativo, no qual os indivíduos constroem seu próprio conhecimento através da experiência e da reflexão. No contexto educacional, essa teoria promove abordagens de ensino que incentivam os alunos a explorar, questionar e construir entendimento de forma colaborativa.

Cada uma dessas teorias tem implicações significativas para a prática educacional. O behaviorismo pode sugerir estratégias baseadas em reforços, enquanto o cognitivismo pode incentivar o uso de técnicas que ajudem os alunos a organizar e reter informações. O construtivismo, por sua vez, promove um ensino mais centrado no aluno, onde o papel do professor é facilitar a construção ativa do conhecimento.

O Papel da Educação no Desenvolvimento Cognitivo e Social

A educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo e social dos indivíduos, influenciando a maneira como pensam, interagem e se relacionam com o mundo ao seu redor. O desenvolvimento cognitivo refere-se ao crescimento das habilidades mentais, como memória, raciocínio, resolução de problemas e

compreensão de conceitos abstratos. A educação, especialmente a formal, estrutura oportunidades para que esses processos cognitivos se desenvolvam de maneira sistemática e progressiva.

Um dos aspectos mais importantes da educação no desenvolvimento cognitivo é a maneira como ela organiza o conhecimento em disciplinas e sequências de aprendizagem. Ao expor os alunos a uma variedade de temas, desde as ciências até as artes, a educação amplia a capacidade dos indivíduos de pensar criticamente, fazer conexões entre conceitos e aplicar o conhecimento em contextos diversos. Além disso, a educação promove o desenvolvimento de habilidades metacognitivas, ou seja, a capacidade dos alunos de refletirem sobre o próprio processo de aprendizagem e de ajustarem suas estratégias para aprender de forma mais eficaz.

No campo do desenvolvimento social, a educação tem um impacto igualmente significativo. As interações sociais que ocorrem no ambiente escolar, como o trabalho em grupo, as discussões em sala de aula e a participação em atividades extracurriculares, são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades sociais, como comunicação, cooperação e empatia. A escola é um microcosmo da sociedade, onde os alunos aprendem a conviver com a diversidade, a lidar com conflitos e a construir relacionamentos baseados em respeito e entendimento mútuo.

Além disso, a educação formalizada contribui para a internalização de normas e valores sociais, preparando os alunos para sua futura participação na vida cívica e profissional. As interações entre professores e alunos, assim como as relações entre os pares, fornecem modelos de comportamento e expectativas que ajudam a moldar o desenvolvimento social dos indivíduos. Assim, a educação não apenas facilita o desenvolvimento cognitivo e social, mas também prepara os indivíduos para contribuírem positivamente para a sociedade.

Aprendizagem ao Longo da Vida: Desenvolvimento Contínuo

A ideia de aprendizagem ao longo da vida é central no contexto educacional contemporâneo, especialmente diante das rápidas mudanças tecnológicas, sociais e econômicas. Esse conceito reconhece que a aprendizagem não se restringe aos anos de escolaridade formal, mas continua ao longo de toda a vida, em diferentes contextos e por diferentes meios.

O desenvolvimento contínuo através da aprendizagem ao longo da vida é essencial para a adaptação às novas realidades e para a manutenção da relevância no mercado de trabalho. À medida que as exigências profissionais mudam com o avanço tecnológico e a globalização, os indivíduos precisam atualizar suas habilidades e conhecimentos de forma contínua. Isso inclui a aprendizagem formal, como cursos de educação continuada, treinamentos e especializações, bem como a aprendizagem informal, que ocorre através de experiências pessoais, hobbies e interações sociais.

Políticas educacionais que promovem a aprendizagem ao longo da vida são fundamentais para garantir que todos tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento contínuo. Essas políticas incluem a promoção de ambientes de aprendizagem acessíveis, a flexibilização dos currículos para acomodar estudantes de diferentes idades e contextos, e o incentivo ao aprendizado autodirigido e ao uso de tecnologias educacionais.

Além disso, a aprendizagem ao longo da vida tem implicações significativas para o desenvolvimento pessoal e a cidadania ativa. Ela permite que os indivíduos se envolvam de maneira informada e crítica com questões sociais, políticas e ambientais, promovendo uma sociedade mais participativa e resiliente.